

Sumário

Introdução	11
1. Panorama do Direito Norte-americano.....	19
2. A possibilidade de os tribunais disciplinarem a competência e o funcionamento dos seus órgãos jurisdicionais no direito brasileiro (art. 96, I, “a”, da CF/1988)	29
3. A jurisprudência do Supremo Tribunal federal em torno do assunto	39
3.1 Introdução – Regimento interno como fonte de norma processual.....	39
3.2 O papel dos regimentos após a Constituição Federal de 1988.....	40
3.3 Espaço normativo privativo do Regimento Interno.....	43
3.4 Regras do RISTF Pré/88 como lei especial que prevalece frente à Lei Geral.....	52
3.5 Impossibilidade de o regimento interno desrespeitar regras de processo e garantia processual das partes	53
3.6 Possibilidade de o regimento interno complementar a legislação federal	57
3.7 Vinculação das regras do regimento interno. Cabimento de ação rescisória	59
4. Análise crítica sobre as fontes do direito processual e a atividade normativa dos tribunais	61

5. As resoluções dos tribunais e a sua atividade normativa	73
6. Segurança jurídica e pluralidade de fontes normativas	79
7. A eficácia vinculante das normas processuais regimentais.....	89
8. Sistematização das normas processuais regimentais.....	93
8.1 Considerações iniciais.....	93
8.2 Regras sobre competência interna da corte.....	94
8.2.1 Regras sobre a competência dos órgãos do tribunal	95
8.2.2 Regras sobre prevenção.....	97
8.2.3 Regras sobre composição dos colegiados.....	99
8.2.4 Regras sobre atribuições dos relatores	101
8.3 Regras decorrentes de delegação legal expressa	103
8.4 Regras complementares que decorrem de precedentes judiciais.....	107
8.5 Regras complementares que decorrem de omissão legis- lativa	109
Conclusão	122
Referências	125
Anexos	129